

Banco Andbank (Brasil) S.A

**Demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2017**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações Financeiras	7
Balancos patrimoniais	10
Demonstrações do resultado	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras	14

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2017.

Desempenho nos Negócios

- Resultados**

Em 30 de junho de 2017, o Banco, no individual e consolidado, apresentou prejuízo no semestre de R\$ 4.036 mil, em comparação ao prejuízo de R\$ 1.965 mil apresentado no 1º semestre de 2016. O Banco pretende se consolidar no segmento Private no Brasil gerando facilidades para concentrar investimentos e gerenciamento de fluxo de caixa de pessoas físicas e jurídicas. Assim, a atuação do Andbank Brasil terá características de inovação, flexibilidade e complementariedade para clientes de alta renda e patrimônio elevado.

- Ativos e Passivos**

O total de ativos atingiu R\$ 173.428 mil (2016 - R\$ 230.890 mil) e consolidado R\$ 177.394 mil (2016 - R\$ 238.407 mil) e é representado principalmente por:

Descrição	<u>2017</u>		<u>2016</u>	
	<u>Individual</u>	<u>Consolidado</u>	<u>Individual</u>	<u>Consolidado</u>
Caixa e Equivalentes de Caixa	25.840	26.913	46.354	47.722
Aplicações Financeiras de Liquidez	-	3.578	-	6.881
Títulos e valores mobiliários	80.484	80.641	40.187	40.187
Operações de crédito	14.244	14.244	11.938	11.938
Outros créditos	33.193	32.961	116.870	117.533

O total de passivos atingiu R\$ 73.561 mil (2016 - R\$ 133.455 mil) e consolidado R\$ 77.527 mil (2016 - R\$ 140.972 mil) e é representado principalmente por:

Descrição	<u>2017</u>		<u>2016</u>	
	<u>Individual</u>	<u>Consolidado</u>	<u>Individual</u>	<u>Consolidado</u>
Depósitos	60.846	60.846	117.422	117.422
Outras obrigações	12.715	16.681	16.033	23.550

- Patrimônio Líquido**

O Patrimônio Líquido, no individual e consolidado, no final do semestre foi de R\$ 99.867 mil (2016 - R\$ 97.435 mil) composto da seguinte maneira:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Capital social	136.785	123.285
Reservas de capital	95	95
Ajustes de avaliação patrimonial	(7)	(12)
Prejuízo Acumulado	(37.006)	(25.933)

- **Agência de Rating**

A agência internacional de rating Fitch Ratings, atribuiu notas qualificando a situação financeira Global do Grupo Andbank. A tabela abaixo demonstra o rating atribuído em junho de 2017:

<u>Agência</u>	<u>Rating</u>
FITCH RATINGS	BBB

Estrutura de gerenciamento de riscos

- **Índice da Basileia**

Conforme disposto na Resolução 4.193, de 01.03.2013, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR e de Capital Principal Nível I), demonstramos abaixo o comportamento do índice de Basileia, apurado no 1º semestre de 2017, apresentando-se com relativa margem de suficiência, o que evidencia a regularidade no enquadramento do Banco aos atuais 10,5% (PR 9,25% + ACP 1,25%), definidos pelo referido Órgão regulador.

<u>2017</u>	<u>Patrimônio de Referência</u>	<u>PR Exigido (RWA)</u>	<u>Índice Basileia</u>
Janeiro	61.518	13.660	41,66%
Fevereiro	58.734	13.311	40,82%
Março	70.665	9.873	66,20%
Abril	67.449	13.449	46,39%
Maió	67.453	18.185	34,31%
Junho	67.233	21.839	28,48%

- **Prevenção à “Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo”**

O Banco conta com instrumentos de controle e acompanhamento das operações realizadas com clientes e parceiros, a fim de evitar e combater a “lavagem” de dinheiro oriunda de atividades ilícitas, inclusive aquelas ligadas aos casos de corrupção e terrorismo, através de seus produtos e serviços. Para tanto, possui políticas, processos e sistemas de controle de prevenção à lavagem de dinheiro. A participação frequente da alta administração na prevenção e detecção à “lavagem” de dinheiro assegura o alinhamento entre as diversas áreas e atividades do grupo, bem como possibilita definir políticas aderentes às melhores práticas internacionais. A política “conheça seu cliente”, o programa de treinamento de funcionários, os processos e sistemas de controles e o monitoramento de operações permitem a identificação tempestiva de situações atípicas. Após a análise por especialistas, os casos são submetidos para deliberação da alta administração quanto à pertinência de encaminhamento dos casos às autoridades fiscalizadoras competentes, tendo sido ou não realizada a operação. A área de Compliance é responsável, em primeiro nível, por identificar e recusar negócios e operações que considerarem suspeitas ou atípicas, reportando sempre à alta administração.

Ouvidoria

Atendendo aos normativos do Banco Central do Brasil, foi estabelecido um componente organizacional de Ouvidoria no dia 30 de setembro de 2007. Trata-se de um canal de comunicação entre o Banco e seus clientes, que tem por objetivo a busca contínua do aperfeiçoamento e a melhoria dos produtos, serviços e do atendimento oferecidos, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.433/15 e posteriores alterações.

São Paulo, 25 de agosto de 2017

A Administração



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas e aos Administradores do
Banco Andbank (Brasil) S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, do Banco Andbank (Brasil) S.A. ("Banco"), identificadas como Individual e Consolidado, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada do Banco Andbank (Brasil) S.A. em 30 de junho de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Ênfase - Transferência do controle acionário

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 - Contexto operacional que descreve que em 08 de Janeiro de 2015 houve a transferência do controle acionário do Banco. O plano de negócios desse novo controlador, que estão descritos na mesma nota explicativa, consideram ações e medidas necessárias para a geração de resultados operacionais positivos e lucros tributáveis futuros. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de agosto de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

André Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2

Banco Andbank (Brasil) S.A
Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota explicativa	Individual		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Individual		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016			2017	2016	2017	2016
Circulante		57.284	158.571	61.658	167.315	Circulante		62.644	114.208	66.610	121.725
Disponibilidades	4	140	206	194	260	Depósitos	13	57.929	103.862	57.929	103.862
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	25.700	46.148	30.297	54.343	Depósitos à vista		5.344	2.997	5.344	2.997
Aplicações no mercado aberto		25.700	46.148	30.297	54.343	Depósitos a prazo		52.585	100.865	52.585	100.865
Titulos e valores mobiliários	5	7.251	16.714	7.251	16.714	Outras obrigações		4.715	10.346	8.681	17.863
Carteira própria		961	16.714	961	16.714	Cobrança e arrecadação de tributos		837	1.227	842	1.227
Vinculados a prestação de garantias		2.262	-	2.262	-	Negociação e intermediação de valores		-	-	3.652	6.881
Instrumento financeiro derivativo		4.028	-	4.028	-	Fiscais e previdenciárias	14.a	620	1.433	697	1.720
						Diversas	14.b	3.258	7.686	3.490	8.035
Relações interfinanceiras	6	45	39	45	39	Exigível a longo prazo		10.917	19.247	10.917	19.247
Créditos vinculados		45	39	45	39	Depósitos	13	2.917	13.560	2.917	13.560
Operações de crédito		14.244	1.953	14.244	1.953	Depósitos a prazo		2.917	13.560	2.917	13.560
Setor público	7	303	550	303	550	Outras obrigações		8.000	5.687	8.000	5.687
Setor privado	7	14.217	2.772	14.217	2.772	Fiscais e previdenciárias	14.a	-	272	-	272
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	8	(276)	(1.369)	(276)	(1.369)	Diversas	14.b	8.000	5.415	8.000	5.415
Outros créditos		6.693	90.345	6.376	90.829	Patrimônio líquido	17	99.867	97.435	99.867	97.435
Rendas a receber	9.a	-	234	348	687	Capital		136.785	123.285	136.785	123.285
Diversos	9.b	6.693	90.111	6.028	90.142	De domiciliados no exterior		136.785	123.285	136.785	123.285
Outros valores e bens		3.211	3.166	3.251	3.177	Reserva de capital		95	95	95	95
Outros valores e bens	11.b	4.719	4.719	4.719	4.719	Ajustes de avaliação patrimonial		(7)	(12)	(7)	(12)
Despesas antecipadas	11.a	114	69	154	80	Prejuízos acumulados		(37.006)	(25.933)	(37.006)	(25.933)
(Provisão para outros valores e bens)		(1.622)	(1.622)	(1.622)	(1.622)						
Realizável a longo prazo		99.733	59.983	99.975	60.162						
Titulos e valores mobiliários	5	73.233	23.473	73.390	23.473						
Carteira própria		64.976	14.152	65.133	14.152						
Vinculados a prestação de garantias		8.257	9.321	8.257	9.321						
Operações de crédito		-	9.985	-	9.985						
Setor privado	7	-	9.989	-	9.989						
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	8	-	(4)	-	(4)						
Outros créditos		26.500	26.525	26.585	26.704						
Diversos	9.b	26.500	26.525	26.585	26.704						
Permanente		16.411	12.336	15.761	10.930						
Investimentos		1.294	2.253	-	6						
Participações em controladas	24	1.294	2.253	-	-						
Outros investimentos		-	-	-	6						
Imobilizado de uso	12.a	3.539	3.493	3.580	3.695						
Outras imobilizações de uso		5.318	5.523	5.750	5.955						
(Depreciações acumuladas)		(1.779)	(2.030)	(2.170)	(2.260)						
Intangível	12.b	11.578	6.590	12.181	7.229						
Ativos intangíveis		12.165	6.624	12.308	6.767						
(Amortizações acumuladas)		(587)	(34)	(654)	(142)						
Ágio na aquisição de investimentos		-	-	527	604						
Total do ativo		173.428	230.890	177.394	238.407	Total do passivo e do Patrimônio líquido		173.428	230.890	177.394	238.407

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Andbank (Brasil) S.A**Demonstrações de resultados**

Para os semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota explicativa	Individual		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Receitas da intermediação financeira		10.719	29.243	12.055	29.557
Operações de crédito		2.242	21.187	2.242	21.187
Resultado com títulos e valores mobiliários		8.477	8.056	9.813	8.370
Despesas da intermediação financeira		(4.204)	(18.820)	(4.204)	(18.820)
Operações de captação no mercado		(4.017)	(19.658)	(4.017)	(19.658)
(Constituição)/reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa	8	(187)	838	(187)	838
Resultado bruto da intermediação financeira		6.515	10.423	7.851	10.737
Outras receitas/despesas operacionais		(10.551)	(8.346)	(11.878)	(8.532)
Receitas de prestação de serviços	18	2.163	2.775	3.824	3.271
Despesas de pessoal	19	(6.124)	(5.519)	(8.408)	(5.730)
Despesas administrativas	20	(7.016)	(2.613)	(8.913)	(2.727)
Despesas tributárias		(691)	(778)	(921)	(851)
Resultado de investimentos em controladas	24	(648)	284	-	-
Outras receitas operacionais	21	3.462	129	4.240	129
Outras despesas operacionais	22	(1.697)	(2.624)	(1.700)	(2.624)
Resultado operacional		(4.036)	2.077	(4.027)	2.205
Resultado não operacional		-	-	(6)	-
Resultado antes da tributação sobre o resultado		(4.036)	2.077	(4.033)	2.205
Imposto de renda e contribuição social		-	(4.042)	(3)	(4.170)
Ativo fiscal diferido		-	(3.198)	-	(3.198)
Imposto de renda	23	-	(419)	(2)	(489)
Contribuição social	23	-	(425)	(1)	(483)
Prejuízo do semestre		(4.036)	(1.965)	(4.036)	(1.965)
Quantidade de ações ordinárias		200.197.809	174.183.942	200.197.809	174.183.942
Prejuízo por ação - R\$		(0,02016)	(0,01128)	(0,02016)	(0,01128)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Andbank (Brasil) S.A

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para os semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015		<u>103.285</u>	<u>95</u>	<u>982</u>	<u>(23.968)</u>	<u>80.394</u>
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	(994)	-	(994)
Aumento de capital	17.a	20.000	-	-	-	20.000
Prejuízo do semestre		-	-	-	(1.965)	(1.965)
Saldos em 30 de junho de 2016		<u>123.285</u>	<u>95</u>	<u>(12)</u>	<u>(25.933)</u>	<u>97.435</u>
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	(5)	-	(5)
Prejuízo do semestre		-	-	-	(7.037)	(7.037)
Saldos em 31 de dezembro de 2016		<u>123.285</u>	<u>95</u>	<u>(17)</u>	<u>(32.970)</u>	<u>90.393</u>
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	10	-	10
Aumento de capital	17.a	13.500	-	-	-	13.500
Prejuízo do semestre		-	-	-	(4.036)	(4.036)
Saldos em 30 de junho de 2017		<u>136.785</u>	<u>95</u>	<u>(7)</u>	<u>(37.006)</u>	<u>99.867</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Andbank (Brasil) S.A

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Para os semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Individual		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Resultado líquido ajustado		(1.973)	280	(2.537)	19
(Prejuízo) do semestre		(4.036)	(1.965)	(4.036)	(1.965)
Depreciação e amortização	20	1.019	309	1.097	332
Resultado de investimentos em controladas	24	648	284	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8	187	838	187	838
Provisão/Reversão de passivo contingente		371	1.221	371	1.221
Perda com investimento		-	-	6	-
Reversão de provisão administrativa		-	13	-	13
Atualização dos depósitos judiciais		(162)	-	(162)	-
Constituição de Ativo fiscal diferido	10	-	801	-	801
Variação de ativos e passivos		(21.267)	1.709	(21.223)	2.886
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários		(38.844)	(5.531)	(38.851)	(5.531)
(Aumento) Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		-	-	702	680
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras		6	8	6	8
(Aumento) Redução em operações de crédito		(1.801)	1.161	(1.801)	1.161
(Aumento) Redução em outros créditos e outros valores e bens		(5.617)	(70.752)	(4.381)	(70.749)
Aumento (Redução) em depósitos		24.899	76.584	24.899	76.584
Aumento (Redução) em outras obrigações		90	(982)	(1.797)	(488)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais		(23.240)	1.989	(23.760)	2.905
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aquisição de intangível		(2.807)	(6.624)	(2.807)	(6.624)
Aquisição de imobilizado		(342)	(1.574)	(342)	(1.752)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento		(3.149)	(8.198)	(3.149)	(8.376)
Fluxo de caixa das atividades de Financiamento					
Aumento de Capital Social	17 a.	13.500	20.000	13.500	20.000
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		13.500	20.000	13.500	20.000
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		(12.889)	13.791	(13.409)	14.529
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre		38.729	32.563	40.322	33.193
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	4	25.840	46.354	26.913	47.722
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		(12.889)	13.791	(13.409)	14.529

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto o preço unitário da ação)

1 Contexto operacional

Em 08 de Janeiro de 2015 foi realizada, após aprovação do Banco Central, a transferência de controle acionário do Banco Bracce S.A. para o Andorra Banc Agricol Reig S.A. (Andbank), mudando assim sua denominação de Banco Bracce S.A. para Banco Andbank (Brasil) S.A. O Andorra Banc Agricol Reig S.A (Andbank) adquiriu 100% das ações do Banco Andbank (Brasil) S.A. (Banco) com o objetivo de aumentar sua atuação no mercado brasileiro.

O grupo AndBank possui presença global, vasta experiência em mercados emergentes e investe constantemente em inovação tecnológica para disponibilizar aos seus clientes as melhores e mais rápidas soluções, com isso o Banco Andbank entende que existe uma oportunidade no mercado de Private Bank a ser explorada e pretende investir nesse seguimento a longo prazo. O Banco está atuando na realização de operações estruturadas e de Mercado de Capitais, operações de carteira proprietária e prestação de serviços de Registro de Operações, Custódia, Agente de Pagamento, Conta vinculada, entre outros.

Em 06 de junho de 2016, o Banco adquiriu 100% do controle acionário da LLA Holding Financeira Ltda. que detém 99,99% do controle acionário da LLA DTVM Ltda., passando, portanto, a focar na área de gestão de patrimônio, foco de atuação do controlador do resto do mundo. O Banco está em processo de transformação para implantação do novo modelo Andbank Private Bankers no Brasil. As principais áreas de transformação são Backoffice e Frontoffice, com a criação de um portal para nossos clientes, o que, aliado a investimentos que estão sendo realizados no departamento comercial, permitirão ao Banco uma forte expansão dos recursos sob gestão nos próximos anos e, conseqüentemente, a elevação do faturamento com estimativa de obter um lucro tributável futuro para realização do crédito tributário ativado conforme nota explicativa nº 10. Não obstante, o compromisso e a capacidade do controlador em realizar aportes caso as ações não apresentem os resultados esperados.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

2.1 Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base na legislação societária e nas práticas contábeis adotadas no Brasil e em conformidade com as normas e instituições do Conselho Monetário Nacional (CMN) do Banco Central do Brasil (Bacen) e do comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC), onde essas normas e instituições não foram conflitantes.

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional do Banco e foram aprovadas pela diretoria em 11 de agosto de 2017.

2.2 Principais práticas contábeis

2.2.1 Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

2.2.2 Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até as datas das demonstrações financeiras.

2.2.3 Títulos e valores mobiliários e Derivativos

Conforme estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados da seguinte forma:

- **Títulos para negociação:** são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do semestre;
- **Títulos disponíveis para venda:** são aqueles que não se enquadram como para negociação ou como mantidos até o vencimento, e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários; e
- **Títulos mantidos até o vencimento:** são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do semestre.

Os títulos classificados como títulos para negociação, independentemente da sua data de vencimento, são classificados integralmente no ativo circulante, conforme estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068/01.

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados contabilmente, segundo a intenção da administração, na data de sua aquisição, conforme determina a Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002.

Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados na administração das exposições próprias do Banco. As valorizações ou desvalorizações são registradas em “resultado com títulos e valores mobiliários”.

Para apuração dos valores de mercado dos instrumentos financeiros são utilizadas as taxas referenciais médias, praticadas para operações com prazo similar na data do balanço, divulgadas pela B3 - Brasil, Bolsa e Balcão, e Bloomberg.

A composição dos valores registrados em instrumentos financeiros derivativos, tanto em contas patrimoniais quanto em contas de compensação, está apresentada na nota nº 5 c destas demonstrações financeiras.

2.2.4 Operações de crédito

As operações de crédito são registradas ao custo corrigido, calculadas “pro rata” com base no indexador e na taxa de juros pactuados, sendo atualizadas até o 59º dia de atraso. A partir do 60º dia, deixam de ser apropriadas, e o seu reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações, conforme determina o art.9º da Resolução CMN nº 2.682/99.

2.2.5 Provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, do BACEN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo).

As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa faixa por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível “H”, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A receita com registro de operações e operações cedidas sem coobrigação são reconhecidas no resultado na data em que as cessões são efetuadas.

2.2.6 Imobilizado de uso

São demonstrados ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações e amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo sua vida útil: móveis e utensílios e máquinas e equipamentos - 10% ao ano; sistema de processamento de dados e sistema de segurança - 20% ao ano.

2.2.7 Ativos intangíveis

São compostos por direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da sociedade ou exercidos com essa finalidade. São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita os seus benefícios econômicos, enquanto os de vida útil indefinida são testados anualmente quanto à sua recuperabilidade.

2.2.8 Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (“impairment”)

É reconhecida uma perda por “impairment” se o valor contabilizado de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por “impairment” são reconhecidas no resultado do período. A partir de 2008, os valores dos ativos não financeiros, exceto os créditos tributários são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por “impairment”.

Nos semestres findos em 30 de junho de 2017 e de 2016, a Administração não reconheceu perdas por “*impairment*”, exceto no consolidado por outros investimentos.

2.2.9 *Imposto de renda e contribuição social*

As provisões são calculadas considerando a legislação pertinente a cada encargo para efeito das respectivas bases de cálculo e suas respectivas alíquotas: imposto de renda (15% mais adicional de 10%), contribuição social (15% até agosto de 2015 e 20%, para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019), PIS (0,65%) e COFINS (4%). Também é observada pelo Banco a prática contábil de constituição, de créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias, base negativa de CSLL e prejuízos fiscais. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base em expectativas de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 10, foram constituídos créditos tributários sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal (devido a mudança de controle acionário, cujo histórico de prejuízos seja decorrente de sua fase anterior) e base negativa, no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos, conforme mencionado pelo inciso II do artigo 1º da Resolução nº 3.355 de 21 de março de 2006, do Conselho Monetário Nacional - CMN, a instituição financeira somente pode efetuar o registro contábil de créditos tributários caso haja expectativa de geração de lucro ou receitas tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudo técnico que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do crédito tributário no prazo máximo de dez anos.

A nova administração do Banco, baseada em Plano de Negócios aprovado pelo Banco Central, estima lucros tributáveis futuros o que demonstra a probabilidade de ocorrência de obrigações fiscais, cujo montante pode ser considerado como suficiente para realização dos créditos tributários.

2.2.10 *Estimativas contábeis*

A preparação das demonstrações financeiras requer adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações de contingências passivas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referente a probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas. O Banco revisa periodicamente suas estimativas e premissas.

2.2.11 *Despesas antecipadas*

São controladas por contrato e contabilizadas na rubrica de despesas antecipadas. A apropriação dessa despesa ao resultado do período é efetuada de acordo com o prazo de vigência dos contratos.

2.2.12 *Ativos e Passivos contingentes e obrigações legais*

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos contingentes, obrigações legais (fiscais e previdenciárias) e provisão para risco são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 do Conselho Monetário Nacional, que aprovou o Pronunciamento Técnico nº 25, emitido pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis, sendo os principais critérios:

- **Ativos contingentes** - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- **Passivos contingentes** - classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, os classificados como prováveis são provisionados e divulgados em nota explicativas, enquanto aqueles classificados como perdas remotas não são passíveis de provisão ou divulgação; e
- **Obrigações legais (fiscais e previdenciárias)** - referem-se as demandas administrativas ou judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras, independentemente à classificação do risco, e atualizadas de acordo com a legislação vigente.

2.2.13 *Outros Ativos e passivos circulantes, realizáveis e exigíveis a longo prazo*

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor do Banco, e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando o Banco possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como realizáveis e exigíveis a longo prazo.

2.2.14 *Combinações de negócios*

Combinações de negócios são registradas na data de aquisição, isto é, na data em que o controle é transferido para o Banco utilizando o método de aquisição. Controle é o poder de governar a política financeira e operacional da entidade de forma a obter benefícios de suas atividades. Quando da determinação da existência de controle, o Banco leva em consideração os direitos de votos potenciais que são atualmente exercíveis.

O ágio correspondente ao valor pago excedente ao valor contábil do investimento adquirido, decorrente da expectativa de rentabilidade futura, será amortizado com base nas projeções de resultado anual e submetido anualmente ao teste de redução ao valor recuperável de ativos.

2.2.15 *Investimentos*

Os investimentos em sociedades controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

2.2.16 *Apuração do resultado*

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrem, sempre simultaneamente quando se correlacionam, independentemente de seu recebimento ou pagamento.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até as datas das demonstrações financeiras.

2.2.17 Participações no resultado

As participações no resultado são constituídas pelo pagamento de benefício aos funcionários, calculada de acordo com a convenção coletiva e através de programa próprio de plano de participação homologado no Sindicato dos Bancários de São Paulo, e estão registradas na conta de despesas de pessoal, na demonstração de resultado.

2.2.18 Lucro (prejuízo) líquido por ação

É calculado com base na quantidade de ações em circulação do capital social integralizado na data das demonstrações financeiras.

2.2.19 Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

2.2.20 Alterações de normas contábeis

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638 com o objetivo de atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo “*International Accounting Standards Board - IASB*”.

Em decorrência deste processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo CMN. Os pronunciamentos contábeis já aprovados são:

- **CPC 01 (R1)** - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
- **CPC 03 (R2)** - Demonstrações do fluxo de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08;
- **CPC 05 (R1)** - Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09;
- **CPC 10 (R1)** - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.939/11;
- **CPC 23** - Registro contábil e evidenciação de políticas contábeis, mudança de estimativa e retificações de erros - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11;
- **CPC 24** - Divulgação de eventos subsequentes ao período a que se referem as demonstrações contábeis - homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11;

- **CPC 25** - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09; e
- **CPC 00** - Pronunciamento contábil básico (R1) - homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12.
- **CPC 33** - Benefícios pago a empregados - homologado pela Resolução 4.424/15.
- Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, nem tampouco, se a utilização dos mesmos será de forma prospectiva ou retrospectiva para as demonstrações financeiras do Banco.

3 Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às Normas e Instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), incluindo os procedimentos de consolidação estabelecidos pela Circular BACEN nº 1.273/87 e o Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3), quando aplicável.

Essas demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações do Banco Andbank e de sua controlada direta - LLA Holding Financeira Ltda., e indireta - LLA DTVM Ltda.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Individual 2017	Individual 2016
Disponibilidades	140	206
Aplicações interfinanceiras de liquidez (a)	25.700	46.148
Total	25.840	46.354
	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Disponibilidades	194	260
Aplicações interfinanceiras de liquidez (a) / (b)	26.719	47.462
Total	26.913	47.722

- (a) São operações compromissadas que possuem vencimento em D + 1.
- (b) No consolidado, o total da rubrica de “Aplicações Interfinanceiras de Liquidez” é formado pelo montante de aplicações de recursos proprietários, considerado como caixa e equivalentes de caixa, no valor de R\$ 26.719 (2016 - R\$ 47.462) e pelo montante de aplicações - conta de terceiros no valor de R\$ 3.578 (2016 - R\$ 6.881), totalizando R\$ 30.297 (2016 - R\$ 54.343).

5 Títulos e valores mobiliários e Derivativos

Em 30 de junho 2017 e de 2016, os títulos e valores mobiliários e derivativos estavam classificados nas categorias “Títulos para negociação” e “Títulos disponíveis para venda”, assim compostos:

a. Diversificação por tipo

	Individual 2017			Individual 2016		
	Custo atualizado	Valor contábil/ mercado	Valor Ajuste a mercado	Custo atualizado	Valor contábil/ mercado	Valor Ajuste a mercado
Carteira própria: (i)						
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (a)	13.703	13.700	(3)	14.162	14.152	(10)
Letra Financeira Subordinada (LFSN) (b)	12.151	12.151	-	3.084	3.084	-
Notas do Tesouro Nacional (a)	33.778	33.778	-	-	-	-
Debêntures (b)	5.595	5.595	-	5.182	5.182	-
Cotas de fundos de investimentos (iii) (b)	713	713	-	8.449	8.449	-
Total	65.940	65.937	(3)	30.877	30.866	(10)
Vinculados à prestação de garantias: (ii)						
Certificado de Depósito Interfinanceiro (b)	2.262	2.262	-	-	-	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (a)	8.261	8.257	(4)	9.323	9.321	(2)
Total	10.523	10.519	(4)	9.323	9.321	(2)
Total	76.463	76.456	(7)	40.200	40.187	(12)
	Consolidado 2017			Consolidado 2016		
	Custo atualizado	Valor contábil/ mercado	Valor Ajuste a mercado	Custo atualizado	Valor contábil/ mercado	Valor Ajuste a mercado
Carteira própria: (i)						
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (a)	13.703	13.700	(3)	14.162	14.152	(10)
Letra Financeira Subordinada (LFSN) (b)	12.151	12.151	-	3.084	3.084	-
Notas do Tesouro Nacional (a)	33.778	33.778	-	-	-	-
Debêntures (b)	5.595	5.595	-	5.182	5.182	-
Cotas de fundos de investimentos (iii) (b)	713	713	-	8.449	8.449	-
Certificado de Depósito Bancário (b)	157	157	-	-	-	-
Total	66.097	66.094	(3)	30.877	30.866	(10)
Vinculados à prestação de garantias: (ii)						
Certificado de Depósito Interfinanceiro (b)	2.262	2.262	-	-	-	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (a)	8.261	8.257	(4)	9.323	9.321	(2)
Total	10.523	10.519	(4)	9.323	9.321	(2)
Total	76.620	76.613	(7)	40.200	40.187	(12)

- (i) O valor justo dos títulos e valores mobiliários registrados na categoria “títulos disponíveis para venda” foi apurado com base em preços e taxas praticados em 30 de junho de 2017 e de 2016, divulgados pela Anbima - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais, B3 - Brasil, Bolsa e Balcão e pelos administradores dos fundos de investimento.
- (ii) Os títulos vinculados à prestação de garantias são LFT’s caucionadas em Instituição Financeira, para garantir contratos próprios e de terceiros a título de operações de correspondente bancário.
- (iii) As cotas de fundos de investimento foram atualizadas pelo respectivo valor da cota, no último dia útil do semestre.
- (a) Títulos classificados como “Disponíveis para venda”.
- (b) Títulos classificados como “Para negociação”.

b. Diversificação por prazo - Títulos e valores mobiliários

	Individual 2017	Individual 2016
Sem vencimento	713	8.449
A vencer até 360 dias	6.538	8.265
A vencer acima de 360 dias	73.233	23.473
Total	80.484	40.187

	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Sem vencimento	713	8.449
A vencer até 360 dias	6.538	8.265
A vencer acima de 360 dias	73.390	23.473
Total	80.641	40.187

c. Instrumentos financeiros derivativos - Negociação

	Individual e Consolidado 2017		Individual e Consolidado 2016	
	Custo amortizado	Valor justo	Custo amortizado	Valor justo
Instrumento Financeiro Derivativo	4.716	4.028	-	-
Total	4.716	4.028	-	-

	Individual e Consolidado 2017			Individual e Consolidado 2016		
	Quantidade de contratos	Valor referencial	Valor justo	Quantidade de contratos	Valor referencial	Valor justo
Contratos de futuro - Compra dólar	760	126.424	-	-	-	-
Total	760	126.424	-	-	-	-

d. Diversificação por prazo - Instrumentos financeiros derivativos

	Individual e Consolidado 2017	Individual e Consolidado 2016
A vencer até 360 dias	4.028	-
	4.028	-

e. Resultados reconhecidos sobre o título “Resultado com títulos e valores mobiliários”

	Individual 2017	Individual 2016
Resultado de aplicação interfinanceira de liquidez	2.777	2.550
Resultado sobre títulos e valores mobiliários	3.118	5.506
Resultado sobre instrumento financeiro derivativo - NDF (a)	4.028	-
Resultado sobre contrato de futuro	(1.446)	-
Total	8.477	8.056
	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Resultado de aplicação interfinanceira de liquidez	3.147	2.650
Resultado sobre títulos e valores mobiliários	4.084	5.720
Resultado sobre instrumento financeiro derivativo - NDF (a)	4.028	-
Resultado sobre contrato de futuro	(1.446)	-
Total	9.813	8.370

(a) O total de ajuste negativo, de marcação a mercado, registrado no resultado foi de R\$ 688 (2016 - zero).

6 Relações interfinanceiras

Os créditos vinculados são representados, basicamente, por valores requeridos pelo BACEN, para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos à vista, depósitos a prazo, microfinanças e crédito rural.

7 Operações de crédito

As informações da carteira de operações de crédito, em 30 de junho de 2017 e de 2016, são assim sumarizadas:

a. Composição da carteira de operações de crédito por modalidade de operação

	Individual e Consolidado 2017	Individual e Consolidado 2016
Cédulas de crédito bancário (CCB)	14.520	13.311
Operações de crédito no ativo circulante	14.520	3.322
Operações de crédito no ativo realizável a longo prazo	-	9.989

b. Diversificação da carteira por vencimento

	Individual e Consolidado 2017				Individual e Consolidado 2016			
	A vencer		Vencidos		A vencer		Vencidos	
	Saldo	%	Saldo	%	Saldo	%	Saldo	%
Até 90 dias	434	3,05	64	23,63	615	5,21	-	-
De 91 a 180 dias	426	2,99	64	23,63	496	4,20	191	12,80
De 181 a 360 dias	13.389	93,96	143	52,74	718	6,06	-	-
Acima de 360 dias	-	-	-	-	9.989	84,53	1.302	87,20
Total	14.249	100,00	271	100,00	11.818	100,00	1.493	100,00

c. Diversificação da carteira por segmento de mercado

	Individual e Consolidado 2017		Individual e Consolidado 2016	
	Saldo	%	Saldo	%
Setor público:				
Outros serviços	303	2,09	550	4,13
Setor privado:				
Outros serviços	1.113	7,67	3.605	27,08
Pessoas físicas	13.104	90,24	9.156	68,79
Total	14.520	100,00	13.311	100,00

d. Diversificação da carteira por nível de concentração

	Individual e Consolidado 2017		Individual e Consolidado 2016	
	Saldo	%	Saldo	%
Maior devedor	13.104	90,00	9.156	70,00
Demais devedores	1.416	10,00	4.155	30,00
Total	14.520	100,00	13.311	100,00

e. Composição da carteira por nível de risco

Nível de risco	Individual e Consolidado 2017				Individual e Consolidado 2016		
	% provisão	Curso normal	Vencidas	Total da carteira	Provisão	Total da carteira	Provisão
AA	-	13.407	-	13.407	-	9.156	-
A	0,5	842	-	842	5	2.662	13
E	30,00	-	-	-	-	191	58
H	100,00	21	250	271	271	1.302	1.302
Total		14.270	250	14.520	276	13.311	1.373

Nos semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016 não foram registradas baixas de crédito para prejuízo e durante o semestre findo em 30 de junho de 2017 não foram renegociadas operações de crédito (2016 - R\$ 191).

8 Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa encontra-se apresentada no quadro a seguir:

	Individual e Consolidado	
	2017	2016
Saldo inicial	89	2.145
Provisão	188	66
Reversão de provisão (a)	(1)	(838)
Total	276	1.373

- (a) Refere-se basicamente a reversão da provisão de operação de crédito. Em 15 de março de 2016 foi efetuado um acordo para o qual foi feito pagamento parcial no valor de R\$ 808.

9 Outros créditos

a. Rendas a receber

	Individual 2017	Individual 2016
Comissionamento a receber (a)	-	234
Total	-	234
Ativo circulante	-	234
Ativo realizável a longo prazo	-	-
	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Comissionamento a receber (a)	-	234
Comissões e Corretagens a receber (b)	348	453
Total	348	687
Ativo circulante	348	687
Ativo realizável a longo prazo	-	-

(a) Refere-se a rendas a receber de operações estruturadas de Cédulas de Crédito Bancário - CCBs, que foi liquidada em 31 de outubro de 2016.

(b) Refere-se a comissões e corretagens a receber de colocações de títulos.

b. Diversos

	Individual 2017	Individual 2016
Créditos tributários (nota 10)	25.769	25.533
Títulos e crédito a receber (b)	-	89.588
Devedores diversos (d)	3.333	477
Impostos e contribuições a compensar (a)	34	-
Partes Relacionadas - Valores a receber empresas do grupo (nota 16)	3.098	14
Devedores por depósitos em garantia (Nota 15) (c)	697	865
Outros	262	159
Total	33.193	116.636
Ativo circulante	6.693	90.111
Ativo realizável a longo prazo	26.500	26.525

	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Créditos tributários (nota 10)	25.769	25.533
Títulos e crédito a receber (b)	-	89.588
Devedores diversos (d)	3.333	477
Impostos e contribuições a compensar (a)	119	179
Partes Relacionadas - Valores a receber empresas do grupo (nota 16)	2.434	45
Devedores por depósitos em garantia (c)	697	865
Outros	261	159
Total	33.613	116.846
Ativo circulante	6.028	90.142
Ativo realizável a longo prazo	26.585	26.704

- (a) Refere-se a valores de impostos e contribuições antecipados em exercícios anteriores para os quais a compensação será realizada de acordo com a legislação tributária vigente.
- (b) Refere-se a valores de operações de registro de crédito rotativo realizadas com um parceiro (correspondente bancário). Essas operações são vinculadas e com 100 % de garantia. A liquidação das operações ocorreu em 28 de dezembro de 2016.
- (c) Refere-se basicamente a depósitos para interposição de recursos trabalhistas e cíveis.
- (d) Vide nota 14 b.

10 Créditos tributários

Em consonância com a resolução 3.059/02 e alterações posteriores, emanada pelo CNM, as instituições financeiras e demais entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil somente podem efetuar registro contábil dos créditos tributários sobre prejuízo fiscal de imposto de renda da pessoa jurídica (IRPJ), base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), e aquele fruto de diferenças temporárias, desde que, para este caso sejam atendidas as seguintes condições (redação dada pela Resolução nº 3355/06):

- I Apresentem histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, comprovado pela ocorrência dessas situações em, pelo menos, três dos últimos cinco exercícios sociais, período esse que deve incluir o exercício em referência;
- II Haja expectativa de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudo técnico que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do crédito tributário no prazo máximo de dez anos.

O item I não se aplica às instituições recém constituídas ou que tiveram mudança de controle acionário, cujo histórico de prejuízos seja decorrente de sua fase anterior.

Após a aquisição de 100% das ações do Banco Andbank (Brasil) S.A., e com a aquisição de 99,99% do controle acionário da LLA Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (via LLA Holding Financeira Ltda.), os novos acionistas estimam consolidar o Banco no mercado Private visando um lucro tributável futuro que demonstra a probabilidade de ocorrência de obrigações fiscais, cujo montante pode ser considerado como suficiente para realização dos créditos tributários.

Abaixo quadro com os créditos tributários ativados pelo Banco e suas controladas e as seguintes movimentações:

	Saldo 31/12/2016 Individual e Consolidado	Constituição	Realização	Saldo 30/06/2017 Individual e Consolidado
Adições temporárias				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros valores e bens	769	-	-	769
Provisão para contingências fiscais e cíveis	2.040	-	-	2.040
Passivos trabalhistas	51	-	-	51
Outras adições temporárias	73	-	-	73
Prejuízo fiscal compensável e base negativa, respectivamente	22.836	-	-	22.836
Total	25.769	-	-	25.769

A previsão para realização dos créditos tributários é estimada em 0,6% no 1º ano, 1,6% no 2º ano, 10,7% no 3º ano, 15,77% no 4º ano, 23,71% no 5º ano e 47,62% no 6º e 7º anos (período inferior a 10 anos).

O valor presente dos créditos tributários em 30 de junho de 2017 é de R\$18.384 (2016 - R\$ 12.411).

No semestre findo em 30 de junho de 2017 o Banco possui crédito tributário não ativado de R\$ 8.034 (2016 - R\$ 0). Para o consolidado, o montante de créditos tributários não ativados é de R\$ 8.398 (2016 - R\$ 190).

11 Outros valores e bens

a. Despesas antecipadas

	Individual 2017	Individual 2016
Despesas administrativas	114	69
Ativo circulante	114	69
Ativo realizável a longo prazo	-	-
	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Despesas administrativas	154	80
Ativo circulante	154	80
Ativo realizável a longo prazo	-	-

b. Outros valores e bens

Referem-se, principalmente, a bens não de uso próprio, compostos basicamente por imóveis, terrenos e veículos recebidos em dação de pagamento.

12 Permanente

a. Imobilizado de uso

	Taxa de depreciação	Individual 2017			Individual 2016	
		Imobilizado	Dep. acumulada	Total	Total	
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	2.004	(590)	1.414	1.243	
Equipamentos de informática/comunicação	10%	3.024	(1.085)	1.939	2.020	
Veículos	10%	280	(102)	178	229	
Equipamentos de segurança	20%	10	(2)	8	1	
Total		5.318	(1.779)	3.539	3.493	

	Taxa de depreciação	Consolidado 2017			Consolidado 2016	
		Imobilizado	Dep. acumulada	Total	Total	
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	2.087	(647)	1.440	1.260	
Equipamentos de informática/comunicação	10%	3.372	(1.418)	1.954	2.204	
Veículos	10%	280	(102)	178	229	
Equipamentos de segurança	20%	11	(3)	8	2	
Total		5.750	(2.170)	3.580	3.695	

b. Ativos intangíveis

	Taxa de amortização	Individual 2017			Individual 2016	
		Intangível	Amort. acumulada	Total	Total	
Átivos intangíveis (a)	10%	12.165	(587)	11.578	6.590	
Total		12.165	(587)	11.578	6.590	

	Taxa de amortização	Consolidado 2017			Consolidado 2016	
		Intangível	Amort. acumulada	Total	Total	
Ativos intangíveis (a)	10%	12.308	(654)	11.654	6.625	
Ágio na aquisição de investimentos (b)	-	673	(146)	527	604	
Total		12.981	(800)	12.181	7.229	

- (a) Refere-se ao custo de transformação tecnológica do banco, para configuração e parametrização inicial, definição e execução dos testes individuais e integrados dos novos sistemas.
- (b) No consolidado, refere-se ao ágio, baseado em expectativa de rentabilidade futura, da aquisição da LLA Holding Financeira Ltda. - conforme nota 24.

13 Depósitos

a. Composição por vencimento

Vencimentos	Individual e Consolidado 2017				Individual e Consolidado 2016	
	À vista	A prazo não ligadas	A prazo ligadas	Total	Total	
Sem vencimento	5.344	-	-	5.344	2.997	
Até 30 dias	-	6	-	6	84.610	
De 31 a 60 dias	-	101	-	101	5.205	
De 61 a 90 dias	-	37	-	37	482	
De 91 a 180 dias	-	1.513	-	1.513	266	
De 181 a 360 dias	-	50.928	-	50.928	10.302	
Acima de 360 dias	-	2.917	-	2.917	13.560	
Total	5.344	55.502	-	60.846	117.422	
Passivo circulante				57.929	103.862	
Passivo exigível a longo prazo				2.917	13.560	

b. Composição por segmento de mercado

Composição	Individual e Consolidado 2017			Individual e Consolidado 2016	
	vista	A prazo	Total	Total	
Entidades ligadas	3.134	-	3.134	2.495	
Governo	27	-	27	574	
Pessoas físicas	1.207	14.258	15.465	1.273	
Pessoas jurídicas	976	41.244	42.220	113.080	
Total	5.344	55.502	60.846	117.722	

c. Concentração por depositantes

	Individual e Consolidado 2017			Individual e Consolidado 2016
	Depósitos			Depósitos
	À vista	A prazo	Total	Total
Concentração				
10 maiores	5.344	27.797	33.141	81.106
50 seguintes	-	24.198	24.198	33.871
Demais	-	3.507	3.507	2.445
Total	<u>5.344</u>	<u>55.502</u>	<u>60.846</u>	<u>117.422</u>

14 Outras obrigações

a. Fiscais e previdenciárias

	Individual 2017	Individual 2016
Provisão para riscos fiscais (nota 15) (a)	-	272
Impostos e contribuições a recolher	620	1.433
Total	<u>620</u>	<u>1.705</u>
Passivo circulante	620	1.433
Passivo exigível a longo prazo	-	272
	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Provisão para riscos fiscais (nota 15) (a)	-	272
Impostos e contribuições a recolher	696	1.720
Provisão para impostos e contribuições diferidos	1	-
Total	<u>697</u>	<u>1.992</u>
Passivo circulante	697	1.720
Passivo exigível a longo prazo	-	272

- (a) Conforme Carta Circular Bacen nº 3.782 de 19 de setembro de 2016, a rubrica para “Provisão para riscos fiscais” foi reclassificada de “Outras obrigações - Fiscais e Previdenciárias” para “Outras obrigações - Diversas”.

b. Diversas

	Individual 2017	Individual 2016
Fornecedores	222	665
Provisão para riscos fiscais (nota 15) (b)	167	-
Provisão para passivos contingentes (nota 15)	5.155	4.397
Despesas de pessoal	2.234	2.021
Credores diversos (a)	2.690	2.317
Valores a pagar partes relacionadas (nota 16)	9	281
Aquisição de Bens	605	3.420
Outros	176	-
Total	11.258	13.101
Passivo circulante	3.258	7.686
Passivo exigível a longo prazo	8.000	5.415
	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Fornecedores	282	665
Provisão para riscos fiscais (nota 15) (b)	167	-
Provisão para passivos contingentes (nota 15)	5.155	4.397
Despesas de pessoal	2.339	2.574
Credores diversos (a)	2.692	2.264
Valores a pagar partes relacionadas (nota 16)	4	-
Aquisição de Bens	605	3.420
Outros	246	-
Total	11.490	13.450
Passivo circulante	3.490	8.035
Passivo exigível a longo prazo	8.000	5.415

(a) Refere-se a basicamente a provisão de contingências judiciais prováveis relacionadas ao antigo acionista. O saldo está provisionado e apresentado como saldo a receber na nota 9 b - Devedores diversos.

(b) Conforme nota 14a.

15 Contingências

Movimentação dos processos

O Banco é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, às quais vem contestando judicialmente a legalidade da exigência de diversos impostos e contribuições, bem como vem respondendo a diversos processos na esfera fiscal, trabalhista e cível como segue:

Individual e Consolidado	Fiscais (*)	Cíveis (**)	Trabalhistas (***)	Total
Saldo inicial 01/01/2017	316	4.532	113	4.961
Movimentação do período refletida no resultado	(149)	566	(46)	371
Atualização / encargos	5	566	4	575
Constituição	-	-	-	-
Reversão	(154)	-	(50)	(204)
Pagamento	-	-	(10)	(10)
Saldo Final 30/06/2017	167	5.098	57	5.322
Depósitos em garantia de recursos-30/06/2017				697

(*) Refere-se a uma obrigação legal decorrente do questionamento da base de cálculo de INSS, no montante de R\$ 37 (R\$ 35 em 2016), e de base de ISS no montante de R\$ 130 (R\$ 122 em 2016). Os assessores jurídicos do Banco classificaram a expectativa de perda como provável.

(**) Refere-se basicamente a ação cível movida contra o Banco, que objetiva discutir uma operação de crédito. Os assessores jurídicos do Banco classificam a expectativa de perda como provável.

(***) Refere-se a ações trabalhistas movidas contra o Banco, que objetivam discutir paridade aos direitos de bancários. Os assessores jurídicos do Banco classificaram a expectativa de perda como provável.

A Administração com base em informações de seus assessores jurídicos e na experiência anterior referente aos valores reivindicados constitui provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas, considerando remotas as possibilidades de que eventuais pagamentos decorrentes da resolução final das demandas judiciais sejam superiores aos valores provisionados.

Processos relacionados à Correspondente Bancário: no contrato de Correspondente Bancário está prevista a responsabilidade por ações trabalhistas movidas por funcionários da empresa correspondente em face do Banco, assim como eventuais ações decorrentes da prestação de serviço executada pelo Correspondente. Desta forma, se o Banco for demandado judicialmente em ação que seja de responsabilidade do Correspondente e no caso desta ser uma empresa ativa, isto é, com capacidade financeira de pagamento e comprovada disposição histórica para suportá-los, o risco financeiro da contingência para o Banco é remoto. Cumpre ressaltar que a situação do Correspondente será monitorada e em caso de alteração substancial em sua situação econômico-financeira ou disposição voluntária para pagamento, o provisionamento será reavaliado.

Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível

O Banco e sua controlada possuem outras contingências avaliadas individualmente por nossos assessores jurídicos como perda possível, conforme quadro:

	Individual e Consolidado	
	2017	2016
Fiscais	1.901	1.901
Cíveis	15	104
Trabalhistas	450	200
Total	2.366	2.205

16 Partes relacionadas

O Banco possui como controladora direta a Andbank (Brasil) Holding Ltda. e indireta o Andorra Banc Agricol Reig S.A. Adicionalmente os acionistas possuem outras empresas as quais são consideradas partes relacionadas do Banco por possuírem controle em conjunto, sendo elas:

- LLA Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
- LLA Corretora de Seguros de Vida Ltda.
- LLA Gestão de Patrimônio Financeiro Ltda.
- LLA Participações Ltda.
- LLA Wealth Participações Ltda.
- APW Consultores Financeiros Ltda.

São consideradas pessoas-chaves do Banco sua diretoria executiva e os mesmos receberam de remuneração o montante de R\$ 326 no 1º semestre de 2017 (R\$ 337 em 2016).

O Banco manteve no período saldos ativos e passivos, receitas e despesas com as empresas, relativas a contratos de prestação de compartilhamento de custos administrativos, conforme apresentado no quadro a seguir:

	2017		2016	
	Ativo (passivo)	Receita (despesa)	Ativo (passivo)	Receita (despesa)
LLA Corretora de Seguros de Vida Ltda.				
Valores a receber	9	59	1	9
Valores a pagar	-	-	(2)	(43)
LLA Gestão de Patrimônio Financeiro Ltda.				
Valores a receber	75	324	3	-
Valores a pagar	(1)	(1)	(12)	(403)
Andorra Banc Agricol Reig S.A.				
Instrumento Financeiro Derivativo	4.028	4.028	-	-
Valores a receber	2.254	2.254	-	-
LLA DTVM Ltda.				
Valores a receber	759	1.847	10	33
Valores a pagar	(8)	(1.083)	(267)	-
APW Consultores Financeiros				
Depósito a vista	3.134	-	-	-
Depósito a Prazo	-	-	(2.495)	-
Total Intrumento Financeiro Derivativo	4.028	4.028	-	-
Total a receber - Outros Créditos Diversos	3.098	4.485	14	42
Total a pagar - Outras Obrigações Diversas	(9)	(1.084)	(281)	(446)
Total Depósito a vista	3.134	-	-	-
Total Depósito a Prazo	-	-	(2.495)	-

Em maio de 2017 foi efetuada a atualização do contrato de rateio das empresas do grupo. Conforme legislação em vigor, a Companhia não pode conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativos, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até 2º grau;
- Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%;
- Pessoas jurídicas que participem, com mais de 10%, da própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau;

Dessa forma, não são efetuados pela Companhia empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria e seus familiares.

17 Patrimônio líquido

a. Capital Social

Em 21 de março de 2017 foi deliberado o aumento do capital do Banco Andbank no valor de R\$ 13.500 com emissões de 26.013.867 novas ações. Em 31 de março de 2017 ocorreu a homologação do aumento de capital pelo Banco Central do Brasil. O capital subscrito e integralizado em 30 de junho de 2017 está composto por 200.197.809 ações ordinárias, sem valor nominal.

Em 20 de janeiro de 2016 foi deliberado o aumento do capital do Banco Andbank no valor de R\$ 20.000 com emissões de 28.256.971 novas ações. Em 26 de fevereiro de 2016 ocorreu a homologação do aumento de capital pelo Banco Central do Brasil. O capital subscrito e integralizado em 30 de junho de 2016 está composto por 174.183.942 ações ordinárias, sem valor nominal.

b. Reserva de capital

A reserva de capital, nos termos da Lei nº 11.638/07, somente poderá ser utilizada para (i) absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e as reservas de lucros; (ii) incorporação ao capital social; (iii) cancelamento de ações em tesouraria; e (iv) pagamento de dividendo a ações preferenciais, quando essa vantagem lhes for assegurada.

c. Reserva de lucros

O saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social do Banco, e qualquer excedente deve ser capitalizado ou distribuído como dividendo.

Reserva legal - Nos termos da Lei nº 11.638/07 e do statuto social, o Banco deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital integralizado do Banco. Ademais, o Banco poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

Reserva estatutária - Nos termos da Lei nº 11.638/07 e do estatuto social, o Banco pode criar reservas, desde que determine a sua finalidade, o percentual dos lucros líquidos a ser destinado para essas reservas e o valor máximo a ser mantido em cada reserva estatutária. A destinação de recursos para tais reservas não pode ser aprovada em prejuízo do dividendo obrigatório.

Nos semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016 o Banco não constituiu reservas de lucros em face do saldo do prejuízo acumulado.

18 Receitas de prestação de serviços

	Individual		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Rendas de intermediação	214	34	1.351	528
Remuneração operação estruturada (a)	1.945	2.733	1.970	2.733
Tarifas bancárias	4	8	13	8
Rendas de outros serviços	-	-	490	2
Total	<u>2.163</u>	<u>2.775</u>	<u>3.824</u>	<u>3.271</u>

(a) Refere-se basicamente a prestação de serviços em registro e estruturação de operações de crédito.

19 Despesas de pessoal

	Individual		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Proventos	3.543	3.296	4.979	3.430
Encargos Sociais	1.422	1.071	1.885	1.104
Benefícios	807	793	1.110	825
Pro labore	273	326	326	337
Remuneração de estagiários	62	17	86	18
Treinamento	17	16	22	16
Total	6.124	5.519	8.408	5.730

20 Outras despesas administrativas

	Individual		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Processamento de dados	2.107	547	2.520	612
Serviços técnicos especializados (b)	2.049	323	2.404	333
Amortizações e depreciações	1.019	309	1.097	332
Aluguéis	499	361	599	367
Comunicações	366	321	439	327
Serviços de terceiros	173	90	209	90
Serviços do sistema financeiro (a)	100	114	732	265
Publicação	87	85	107	85
Transporte	19	19	23	20
Viagens	26	51	35	51
Outras	571	393	748	245
Total	7.016	2.613	8.913	2.727

- (a) Composto substancialmente por repasse de valores relacionados de gestão e administração das carteiras, comissão dos agentes autônomos e despesas bancárias.
- (b) Refere-se basicamente a serviços prestados por assessoria jurídica.

21 Outras receitas operacionais

	Individual		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Exportação de serviços (a)	1.817	-	1.817	-
Reembolso de despesas (b)	437	-	528	-
Variações monetárias ativas	189	-	201	-
Reversão de provisões operacionais (c)	862	-	1.536	-
Interbancária	2	3	3	3
Outras receitas operacionais	155	126	155	126
Total	3.462	129	4.240	129

- (a) Refere-se a contrato firmado com a matriz sobre a prestação de serviço de captação de clientes e consultoria.
- (b) Refere-se substancialmente a despesas pagas pelo Banco Andbank e pela LLA DTVM e que serão reembolsadas pela matriz.
- (c) Refere-se basicamente a reversão de provisão de participação dos lucros aos empregados.

22 Outras despesas operacionais

	Individual		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Interbancária	11	5	11	5
Despesa de operação descontinuada (d)	476	-	476	-
Provisão fiscal, cível e trabalhista (nota 15) (a)	371	1.221	371	1.221
Variação monetária passiva	104	398	104	398
Reversão de depósitos judiciais (c)	598	-	598	-
Provisão outras despesas (b)	-	1.000	-	1.000
Outras	137	-	140	-
Total	1.697	2.624	1.700	2.624

- (a) Em 2016, refere-se a despesa com provisão com ação cível movida contra o Banco, que objetiva discutir uma operação de crédito. O valor continua provisionado em 2017.
- (b) Em 2016, refere-se a provisão referente a operações vinculadas com a Nu Pagamentos, a provisão foi constituída devido o crescimento da carteira de operações.
- (c) Refere-se a baixa de depósitos judiciais.
- (d) Refere-se a despesa pela rescisão contratual com a Nu Pagamentos.

23 Imposto de renda e contribuição social

	Imposto de renda Individual		Contribuição social Individual	
	2017	2016	2017	2016
Resultado antes da tributação e participação estatutária	(4.036)	2.077	(4.036)	2.077
Efeitos das adições/exclusões				
Adições permanentes	1.852	(233)	1.852	(233)
Adições temporárias	1.014	-	1.014	-
Exclusões temporárias	(1)	-	(1)	-
Provisões Indedutíveis	-	281	-	281
Base de cálculo antes das compensações de prejuízo fiscal e base negativa (30%)	(1.171)	2.125	(1.171)	2.125
(-) Compensação de prejuízos fiscais e base negativa	-	-	-	-
Ativo fiscal diferido	-	-	-	-
Base de cálculo	(1.171)	2.125	(1.171)	2.125
Aliquotas efetivas:				
Imposto de renda corrente - (15% + 10% adicional)	-	(419)	-	-
Contribuição social corrente - 20%	-	-	-	(425)
Resultado do imposto de renda e contribuição social	-	(419)	-	(425)

24 Participações em Controladas

Empresa	Capital Social	Resultado período	Patrimônio Líquido Ajustado	Quantidade de cotas possuídas	Participação no capital social	Valor do Investimento		Resultado equivalência (a)	
						2017	2016	2017	2016
LLA Holding Ltda	850	(648)	767	98.525.837	99,99%	767	1.580	(648)	284
Ágio na aquisição de investimentos (b)	-	-	-	-	-	527	673	-	-
Total						1.294	2.253	(648)	284

- (a) O resultado de equivalência de junho de 2016 foi calculado com base no resultado mensal de Junho, visto que o Banco adquiriu a empresa no dia 06 de Junho de 2016.
- (b) Em 06 de junho de 2016, o Banco adquiriu 100% do controle acionário da LLA Holding Financeira Ltda. que detém 99,99% do controle acionário da LLA DTVM Ltda. Por ocasião desta aquisição e com base na apuração do preço de compra x valor contábil e no estudo de alocação de preço de compra (“PPA”), foi apurado ágio baseado em expectativa de rentabilidade futura. No consolidado, o saldo do ágio, incluindo sua amortização, está apresentado na nota 12 b como intangível.

A controlada LLA Holding Ltda. através da LLA DTVM “Distribuidora”, concentra suas operações na distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado, na administração de carteiras, e opera no mercado acionário, comprando, vendendo e distribuindo títulos e valores mobiliários por conta de terceiros. Possui como objeto social a prática de operações inerentes às distribuidoras de títulos e valores mobiliários, incluindo a compra e venda de títulos e valores mobiliários, por conta própria e de terceiros, a administração de carteiras e custódia de títulos e valores mobiliários, a instituição, organização e administração de fundos e clubes de investimento, a prática de operações de conta margem, conforme regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários e a prestação de serviços de intermediação e de assessoria ou assistência técnica em operações e atividades nos mercados financeiros e de capitais. Abaixo apresentamos um resumo das informações contábeis da controlada:

Saldos de Balanço em 30.06.2017

	LLA Holding Financeira 2017	LLA DTVM 2017
Disponibilidade	-	54
Aplicações Interfinanceiras	-	4.598
Títulos e Valores Mobiliários	157	-
Outros Créditos	-	534
Outros Valores e Bens Permanente	611	116
Total do Ativo	768	5.341
Outras Obrigações PL	1	4.730
	767	611
Total do Passivo	768	5.341

Demonstrações dos Resultados em 30.06.2017

	LLA Holding Financeira 2017	LLA DTVM 2017
Receitas com intermediação financeira	8	1.328
Resultado com tit. e valores mobiliários	8	1.328
Resultado de Investimento	(654)	-
Outras receitas/despesas operacionais	-	(1.975)
Receitas de prestação de serviços	-	1.661
Despesas de pessoal	-	(2.284)
Despesas administrativas	-	(1.897)
Despesas tributárias	-	(230)
Outras receitas operacionais	-	779
Outras despesas operacionais	-	(4)
Resultado operacional	-	(647)
Resultado não operacional	-	(6)
Resultado antes da tributação sobre o resultado	-	(653)
Imposto de renda e contribuição social	(2)	(1)
IR e CS	(2)	(1)
Prejuízo líquido do semestre	(648)	(654)

25 Outras informações

- a. O Banco e sua controlada encontram-se enquadrado nos Limites Mínimos de Capital Realizado e Patrimônio Líquido requeridos pela Resolução nº 2.099/94 do Banco Central do Brasil (BACEN) que versa sobre o Acordo de Basileia e atualizada com o Novo Acordo de Capital (Basileia III) através das Resoluções nº 4.192, 4.193 e 4.194, ambas de 1 de março de 2013, e circulares publicadas em 31 de outubro de 2013, que instituíram nova forma de apuração do Patrimônio de Referência Exigido (PRE).

Em 08 de Janeiro de 2015 o Andorra Banc Agricol Reig adquiriu 100% das ações do Banco Andbank (Brasil) S.A. (Banco). Com isso a LLA DTVM Ltda e o Banco passaram a fazer parte de um conglomerado prudencial onde o Banco é líder. Sendo assim, a partir de fevereiro de 2015 para atender a resolução 4.278/13, o Banco passa a informar as posições consolidadas. Em 30 de junho de 2017, o índice de Basileia do Banco Prudencial é de 28,48% (54,43% em 2016).

	2017	2016
Capital Social	137.725	124.225
(-) Deduções do Capital Social incluindo ajustes prudenciais	70.492	43.291
Patrimônio de Referência (PR)	67.233	80.934
(-) Margem sobre o Patrimônio de Referência Requerido	45.395	72.012
Patrimônio de Referência Mínimo requerido para o RWA	21.839	8.921

- b. O Banco presta serviços a clientes de registro de operações em órgãos custodiantes, registrados em contas de compensação, no montante de R\$ 327.546 (R\$ 427.874 em 2016).

- c. A Medida Provisória nº 675 (MP 675/15) publicada em 22 de maio de 2015, foi convertida na Lei 13.169, publicada em 07 de outubro de 2015, elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL dos setores financeiro e segurador de 15% para 20% a partir de 1º de setembro de 2015 até dezembro de 2018 e 15% a partir de janeiro de 2019.

26 Estrutura de gerenciamento de riscos

• Gerenciamento do risco operacional

É definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A premissa do trabalho de gerenciamento de risco operacional é promover a adequação dos processos e das rotinas internas do Banco aos padrões estabelecidos pela Diretoria e em cumprimento às exigências do Banco Central através da Resolução nº 3.380/06.

A partir de 01 de julho de 2008, a Resolução nº 3.380/06 passou a exigir das Instituições Financeiras a alocação de capital para risco operacional. Para tanto o Banco optou pela utilização da Abordagem do Indicador Básico de alocação de capital.

• Gerenciamento do risco de mercado

Define-se como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas em decorrência da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pelo Banco. Entre os eventos de risco de mercado, incluem-se os riscos de:

- Operações sujeitas à variação cambial;
- Taxas de juros;
- Preços de ações;
- Preços de mercado (“commodities”).

O gerenciamento de risco de mercado é efetuado de forma centralizada, pela área de Gestão de Riscos, que mantém independência com relação à Tesouraria e Mercado de Capitais, aplicando a política e diretrizes fixadas pela *Asset and Liability Committee* - ALCO.

Para o monitoramento do risco de mercado, o Valor a Risco (VaR) é calculado diariamente a partir de técnicas estatísticas para estimar a perda financeira possível para um dia, levando-se em conta o comportamento do mercado. O cálculo do VaR é a marcação a mercado (MTM) das posições ativas e passivas do Banco. O processo consiste na atualização diária dos valores financeiros utilizando-se das curvas e preços de mercado.

• Gerenciamento do risco de crédito

Busca fornecer subsídios à definição de estratégias, além do estabelecimento de limites, abrangendo análise de exposição e tendências, bem como a eficácia da política de crédito elaborada pelo Comitê de Crédito. O Comitê de Crédito delibera essa atividade estratégica essencial. Ele é composto por diretores, gerentes e analistas do Banco que votam sobre cada operação. As reuniões do Comitê de Crédito são precedidas por uma análise das características do tomador, de seu negócio, do setor de atividade e etc. As conclusões de tal análise são

apresentadas sob a forma de relatório aos membros do Comitê que deliberam após exposição do analista responsável. O atendimento aos limites estabelecidos pelo Comitê de Crédito é acompanhado, diariamente, pela área responsável pela gestão de risco e pela Diretoria do Banco.

- **Gerenciamento do risco de liquidez**

É a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - “descasamento” entre pagamentos e recebimentos que possam afetar a capacidade de pagamento do Banco, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações, de que trata a Resolução nº 2.804, de 21 de dezembro de 2000.

O risco de liquidez é monitorado diariamente através de projeções diárias dos saldos de caixa levando-se em conta as liquidações dos fluxos futuros dos seus ativos e passivos. Este controle é feito para evitar que o Banco tenha dificuldades em honrar suas obrigações futuras de pagamento ou incorrer em custos de captação maiores que aqueles regularmente praticados.

Os relatórios referentes a risco operacional e de mercado encontram-se à disposição na sede do Banco.

27 Benefícios Pós Emprego

Não existem benefícios pós emprego tais como pensões, outros benefícios de aposentadoria, com exceção dos previstos em acordo coletivo da categoria.

28 Eventos subsequentes

Não há eventos subsequentes, que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações financeiras encerradas em 30 de junho de 2017.

* * *

Marc Simonet Pons
Diretor